

DOSSIÊ: Autoras Amazônidas da Educação Comunitária – uma Articulação com o Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS)

O projeto *Autoras Amazônidas* surge inspirado na insurgência de intelectuais acadêmicas e educadoras comunitárias da periferia de Belém do Pará demarcadas por desigualdade social, de gênero, classe, raça e etnia; mulheres oriundas de famílias de territórios tradicionais de contexto ribeirinho e indígena, que atravessaram a universidade enfrentando **duras seletividades arbitrárias produzidas pelo fazer científico e educacional desse meio acadêmico**. Inicialmente, organizaram-se por meio do selo **Nossas Vozes**, em meados de 2019, cujas principais idealizadoras foram as professoras **Leila Leite**, antropóloga negra, doutora egressa do PPGSA/UFGA (2019), e a professora indígena em situação urbana da Região Metropolitana de Belém/ Baixo Tocantins/ PA, a historiadora **Alanna Souto Cardoso Tupinambá**, doutora pelo PPGDSTU/NAEA-UFGA (2018). Organizou-se, assim, um projeto em que não bastava o engajamento pela popularização da ciência, pela inclusão e igualdade de gênero e pelo combate ao racismo institucional e suas arbitrariedades em seleções; era necessária a emergência do protagonismo de mulheres demarcadas em suas etnicidades e racialidades que tiveram pouquíssimo acesso para movimentar seus próprios projetos, além das linhas científicas oficiais da universidade.

Por este motivo, a presente edição da Revista Gênero na Amazônia reúne produções de mulheres amazônidas que investigam, a partir de perspectivas críticas, feministas e decoloniais, as múltiplas dimensões da educação comunitária nos territórios amazônicos. Ao privilegiar vozes femininas indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, o dossiê propõe um deslocamento epistemológico que questiona a centralidade de paradigmas eurocentrados de produção do conhecimento e afirma a legitimidade de saberes produzidos desde os territórios, em diálogo com a memória, a oralidade e a experiência comunitária.

Assim, no processo de construção colaborativa do dossiê que ora apresentamos, sentiu-se a necessidade de mobilizar uma ciência engajada no protagonismo de mulheres a partir de suas produções científicas oriundas de seus coletivos, territórios e territorialidades, buscando provocar e abrir outros espaços no âmbito da universidade que dialoguem com produções acadêmicas comunitárias e posicionadas criticamente frente ao que está estabelecido atualmente em um circuito universitário extremamente excludente, abusivo e adoecedor com ingressos e egressos, sejam discentes e/ou docentes vindos da periferia, dos territórios indígenas, quilombolas e do movimento negro.

É importante lembrar que as presenças crescentes das mulheres indígenas e quilombolas no espaço acadêmico constitui uma conquista histórica que tensiona as hierarquias raciais, de gênero e de saber consolidadas ao longo do processo colonial. Como problematiza Gayatri Spivak¹, a subalternidade não se define apenas pela exclusão material, mas pela impossibilidade histórica de fala reconhecida nos regimes hegemônicos de saber. Nesse sentido, o ingresso dessas mulheres na universidade não significa apenas inclusão institucional, mas a reconfiguração das condições de enunciação do conhecimento, ao afirmar sujeitos historicamente silenciados como produtoras de teoria.

Mas, embora tais presenças venham provocando na academia discursos de decolonialidade e de cartografias contra-hegemônicas, as universidades ainda reproduzem práticas que aprofundam a distância entre pesquisadores(as) efetivos(as) das universidades e a educação

¹ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

comunitária² – produzida por múltiplos acadêmicos(as) de diversas formações e qualificações advindos dos territórios e coletivos, das periferias urbanas aos territórios rurais. Isto é, a narrativa, a orientação e o protagonismo acadêmico junto aos movimentos sociais **continuam majoritariamente filtrados por lentes e frentes conduzidas por um perfil de “velha” academia**, sustentadas por uma seletividade ainda pouco revisitada, mesmo diante de avanços recentes, como as cotas raciais e as políticas de equidade de gênero. Nós, mulheres – em especial as mulheres indígenas –, seguimos sub-representadas e frequentemente subestimadas no espaço institucional acadêmico, onde práticas hierárquicas historicamente consolidadas continuam a operar.


O **Dossiê Autoras Amazônidas da Educação Comunitária**, depois de seis anos lutando plenamente por sua reexistência e dignidade, conseguiu acolhida – e não o exílio. Conquistou o espaço oficial para publicar, o direito de existir e de comunicar, com o abraço forte de uma pioneira dos estudos e das políticas públicas de gênero na Amazônia, a nossa “*Pagu anciã*”, a profa. dra. **Maria Luzia Miranda Álvares**, fundadora do GEPEM/UFPA e coordenadora da revista científica de gênero da UFPA. Ela reafirma nossa diversidade de vozes e distintas narrativas, nosso engajamento orgânico e protagonismo de mulheres cientistas indígenas, pretas, quilombolas, ribeirinhas, afroreligiosas e das periferias, todas com posicionamentos críticos e com orientação comunitária própria frente à academia. A academia que almejamos é aquela que se compromete com a práxis dos discursos; afinal, a educação comunitária é decolonial porque, de fato, pratica o que debate em suas vivências coletivas dentro e fora da universidade, considerando todas as contradições que a atravessam.

É neste sentido que reside a crítica central à violência epistêmica e ao silenciamento do sujeito subalterno (SPIVAK, 2010), com destaque para a mulher subalterna, especialmente no contexto da função do intelectual na academia e das dificuldades de representação pós-colonial. Tal formulação explica a brutalidade do silenciamento que funda o sujeito subalterno, sendo esta uma condição produzida, e não inerente. A questão levantada por esta publicação é: **como demandar e construir uma infraestrutura na qual as subalternas falem e sejam ouvidas?**

Essa formulação reforça um ponto central do ensaio *Pode o Subalterno Falar?*, que inspira este dossiê: a subalternidade não é uma identidade fixa, mas uma posição estrutural relativa ao poder – uma posição resultante da intersecção entre formas de dominação colonial, patriarcal e de classe. Como lembra Spivak nesse ensaio crítico, a autora amplia a noção gramsciana de subalternidade: trata-se de uma condição político-cultural que não pode ser reduzida à desigualdade econômica, embora a inclua (SPIVAK, 2010, pp. 34–35). Nesse sentido, denuncia-se também o identitarismo *class-free*, e se reafirma o alerta: a política identitária liberal tende a produzir novas elites internas aos grupos oprimidos, reproduzindo silenciamentos em vez de superá-los.

Os artigos que compõem este dossiê dialogam com essas formulações ao demonstrar que, na Amazônia, as mulheres indígenas e quilombolas não ocupam apenas o lugar da subalternidade, mas também o da resistência ativa e da criação pedagógica. Na educação comunitária, essas mulheres atuam como educadoras populares, lideranças políticas, guardiãs da memória coletiva e intelectuais de seus territórios, produzindo pedagogias enraizadas na vida comunitária, na relação com a natureza e na luta pela defesa dos direitos coletivos.

² **Educação comunitária**, na acepção aqui mobilizada, designa os processos formativos gestados e transmitidos por sujeitos coletivos que organizam, preservam e atualizam sua própria historicidade no interior das comunidades. Sustenta-se na força da oralidade, nas práticas tradicionais, nos modos de vida e de trabalho, nas economias locais e nos bens patrimoniais que estruturam a memória política e afetiva dos territórios. Entrelaçada à educação popular, essa educação imprime vitalidade ao currículo escolar ao deslocar o eixo formativo para os territórios, permitindo que os saberes comunitários – em sua pluralidade social, étnico-racial e cultural – iluminem caminhos pedagógicos capazes de afirmar identidades, fortalecer vínculos e reencantar o ato educativo como gesto coletivo de existência e resistência.



O Dossiê Autoras Amazônidas da Educação Comunitária – uma articulação com o Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS) está organizado em quatro seções, que delimitam o tempo-espaço de cada categoria de autoras por territórios, comunidades, tradições e religiosidades interculturais.

Na primeira seção, **Mulheres Pretas e Questões Afro-Religiosas**, os ensaios trazem mulheres negras e feministas comunitárias que dialogam com a afroreligiosidade em seus diversos trabalhos de produção acadêmica comunitária e das periferias, seja na literatura, seja por meio da educação popular em seus múltiplos fronts, nos coletivos que dirigem e dos quais participam. Em *Diásporas Afroindígenas: a experiência amazônica de emersão da entidade espiritual cabocla em comunidades de matriz africana*, Fiana Góes e Alanna Souto Cardoso Tupinambá analisam, por meio de pesquisa etnográfica em comunidades tradicionais de matriz africana, os processos históricos e simbólicos de diáspora afroindígena na Amazônia, destacando a emersão das identidades caboclas como expressão viva das memórias coletivas, das cosmologias ancestrais e das articulações entre saberes africanos e indígenas nos territórios amazônicos. Já em *Vozes Negras: crônicas raciais do cotidiano*, Edenilza Borges Siqueira constrói uma narrativa autobiográfica e político-pedagógica que entrelaça racismo, ancestralidade, religiosidade de matriz africana, militância comunitária e formação docente, revelando como a trajetória de uma mulher negra amazônida se constitui como espaço de resistência, empoderamento e elaboração de uma consciência crítica frente às desigualdades de raça, gênero e classe. Em conjunto, os textos afirmam a educação comunitária, a oralidade, a espiritualidade e a experiência vivida como fundamentos epistemológicos legítimos, tensionando hierarquias coloniais do conhecimento e reafirmando o protagonismo de mulheres negras e indígenas na produção acadêmica amazônida.

Na seção 2, as mulheres negras quilombolas são as protagonistas através das pesquisas realizadas por outras mulheres amazônidas, nas quais suas histórias se entrelaçam com suas produções acadêmicas. Em uma delas, Maria Madalena Oliveira dos Santos trata da evasão escolar na comunidade quilombola de Gurupá, no município de Cachoeira do Arari (PA), demonstrando como o calendário escolar urbano e descontextualizado entra em conflito com os ciclos produtivos locais, empurrando especialmente meninos e jovens para o trabalho precoce e para a interrupção da escolarização. Jully Vanessa Miranda dos Santos, por sua vez, fala sobre a soberania alimentar na Comunidade Quilombola do Tartarugueiro, em Ponta de Pedras (PA), compreendendo a alimentação como elemento estruturante da relação entre raça, poder e território. A autora demonstra como práticas alimentares tradicionais, técnicas produtivas e saberes ancestrais foram historicamente tensionados pela colonialidade do poder, ao mesmo tempo em que persistem como formas de resistência cultural e territorial. Ao mobilizar categorias da geografia crítica e do pensamento decolonial, o texto revela a alimentação como prática identitária, política e simbólica, fundamental para a reprodução social da comunidade e para a compreensão de suas transformações espaciais. Os textos demonstram que a educação comunitária, a soberania alimentar e os etnocurrículos são caminhos de resistência, autonomia e produção de conhecimento crítico na Amazônia.

Na seção 3, destaca a atuação de mulheres indígenas em sua produção científica comunitária, militância e defesa de direitos, assim como em seus debates sobre políticas públicas e conhecimentos tradicionais. Além disso, aborda a retomada de identidades indígenas, tanto nos territórios quanto em organizações coletivas urbanas. O espaço também contempla mulheres “caboclas”, oriundas de contextos ribeirinhos ou descendentes dessas vivências, que, mesmo residindo em áreas urbanas e periurbanas, preservam memórias e práticas culturais vinculadas a identidades historicamente

fragmentadas, sejam indígenas ou afroindígenas. Nesse contexto, a mestiçagem é examinada sob novas perspectivas políticas, criticando o essencialismo que busca enquadrar a população mestiça em categorias históricas utilizadas para o embranquecimento forçado pelo Estado colonial. Atualmente, os impactos do colonialismo se estendem não apenas a indígenas e negros, mas a todos os grupos não brancos. Para as mulheres desses contextos, a retomada de suas existências étnicas e racialidades permanece um desafio significativo.

A seção 4 traz as histórias contadas em primeira pessoa: mulheres e seus conhecimentos de terreiros de comunidades afro-brasileiras, por meio de suas narrativas orais, tecendo tradições de matriz africana narradas e assinadas por elas mesmas. Na primeira, é apresentado o Terreiro de Umbanda Casa de Mãe Herondina como um território pedagógico afro-indígena, onde a oralidade, a incorporação e o cuidado com a natureza estruturam práticas de ensino e cura comunitária, fazendo do terreiro um quilombo urbano, espaço de resistência ao racismo religioso e de formação ética, política e espiritual. O segundo traz a história de vida de Mam'etu Nangetu, mãe de santo paraense, destacando a centralidade do Candomblé de Angola como espaço de aprendizagem, cura e transmissão de saberes ancestrais afro-amazônicos. A narrativa evidencia a oralidade, o uso ritual das folhas (Nsaba), a hierarquia do terreiro e a relação sagrada com a natureza como fundamentos da tradição Bantu. Ao mesmo tempo, afirma o terreiro como território de resistência política e cultural frente ao preconceito, à perda de espaços e às violências históricas sofridas pelas religiões de matriz africana. Por fim, as narrativas orais de Mametu Muagilê figuram como patrimônio vivo das comunidades afro-amazônicas, articulando território, espiritualidade e práticas de cura no Candomblé Angola. Ao registrar saberes sobre ervas, ancestralidade, matriarcado e corpo-território, afirma o Instituto Bamburucema de Cultura Afro-Amazônica (IBAMCA) como espaço de memória, acolhimento e transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais.

Ao afirmar a educação comunitária como campo estratégico de análise, este dossiê contribui para a consolidação de epistemologias feministas, negras, indígenas e decoloniais amazônicas, reafirmando o compromisso da Revista Gênero na Amazônia com a pluralidade de vozes, a crítica às desigualdades estruturais e a valorização de produções acadêmicas que emergem das margens para transformar o centro.

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 23 de novembro de 2025.

Alanna Souto Cardoso Tupinambá

Doutora pelo PPGDSTU/NAEA-UFPA (2018).

Pós-doutora pelo PPGG-UEPA (2024).


Presidenta / Diretora-Geral do Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS).

Articuladora do Fórum Parawara de Indígenas em contextos urbano, ribeirinho e rural.

Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara)

Doutora em Educação/UFRN. Diretora da Faculdade Latino Americana de

Ciências Sociais (Flacso) no Brasil



Nesta edição de número 28 da Revista Gênero na Amazônia, ampliamos nossos horizontes para temáticas ainda pouco abordadas, mas que temos observado ganharem maior notoriedade em pesquisas acadêmicas de uns anos para cá, principalmente numa época em que se buscam por resoluções para as crises climáticas que vêm assolando nosso planeta. Neste Dossiê, ouviremos as vozes de mulheres indígenas, quilombolas e mães de santo, suas trajetórias e lutas cotidianas, em busca de entender suas atribulações, absorver seus ensinamentos e registrar suas memórias (transcritas da oralidade).

Convidamos todas/os/es para se juntarem a nós nesta leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 05 de janeiro de 2026.

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPa.

*Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e
Relações de Gênero-GEPEM*

Ana Carolina Álvares Branco

Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.

Graduada em Design de Produto/IESAM.

